



**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI N° 4736/1996**

Ementa

**ALTERA A LEI 4.624/95, PARA MODIFICAR FINALIDADES E COMPETÊNCIA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL-FUMAS E FIXAR COMPOSIÇÃO DE SEU CONSELHO CURADOR.**

Data da Norma

**15/03/1996**

Data de Publicação

**22/03/1996**

Veículo de Publicação

**Imprensa Oficial do Município-**

Matéria Legislativa

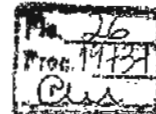
**[Projeto de Lei n° 6713/1995](#) - Autoria: Prefeito Municipal**

Status de Vigência

**Em vigor**

Observações

**Autor: ANDRÉ BENASSI (PREFEITO MUNICIPAL)**



**LEI Nº 4.736, DE 15 DE MARÇO DE 1996**

Altera a Lei 4.624/95, para modificar finalidades e competência da Fundação Municipal de Ação Social-FUMAS e fixar composição de seu Conselho Curador.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 12 de março de 1996, **PROMULGA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Os incisos II e V do artigo 4º da Lei nº 4.624, de 14 de setembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 4º (...)**

**(...)**

**II** - promover os programas para reurbanização de favelas, com remoção da população assentada em áreas de risco, e recuperação ambiental adequada de tais áreas;

**(...)**

**V** - promover a participação da comunidade na elaboração e implantação dos programas habitacionais;

**(...)"**

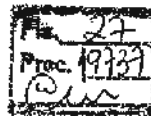
**Art. 2º** - Os incisos III e VI do artigo 5º da Lei nº 4.624, de 14 de setembro de 1995, passam a vigor com a seguinte redação:

**"Art. 5º - (...)**

**III** - desenvolver, projetar, participar e executar total ou parcialmente, com ou sem parceria, as atividades necessárias à implantação de loteamentos populares, conjuntos habitacionais de interesse social, fornecendo, se o caso, plantas populares a famílias que, comprovadamente, disponham de renda mensal igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos;

**(...)**

**VI** - adquirir, compromissar, receber em doação, promover regularizações, alienar no todo ou em parte, desmembrar, dividir, lotear, erigir moradias, descrever, caracterizar, estipular preço, condições de pagamento, receber, dar quitação, assinar recibos e documentos, outorgar títulos públicos ou particulares, bem como locar,



estabelecer locativos, prazos, multas, cláusulas e condições, tudo em atendimento à finalidade habitacional;

(...)"

**Art. 3º** - O artigo 14 da Lei nº 4.624, de 14 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 14** - O Conselho Curador será composto paritariamente por representantes dos órgãos públicos municipais, dos sindicatos, de entidades representativas de moradores e de entidades da sociedade civil ligadas à área habitacional."

**"Parágrafo único** - Os representantes de sindicatos, de entidades representativas de moradores e de entidade da sociedade civil ligadas à área habitacional serão indicados por suas respectivas categorias."

**Art. 4º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
**ANDRÉ BENASSI**

**Prefeito Municipal**

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos quinze dias do mês de março de mil novecentos e noventa e seis.

  
**MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA**

**Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos**

nn.